

2020

Centro Paroquial de
Seia



Centro Paroquial
de Seia

[DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS]

Abril de 2021



J
D
R.
Kling
J

Índice

- Balanço Individual em 31 de dezembro de 2020
- Demonstração dos Resultados Individual em 31 de dezembro de 2020
- Demonstração dos Fluxos de Caixa Individual em 31 de dezembro de 2020
- Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais Individual em 31 de dezembro de 2020 e 2019
- Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados de 2020

1. Índice	1
1. Identificação da Entidade	8
2. Referencial contábilístico de preparação das Demonstrações Financeiras	9
3. Principais políticas contábilísticas	11
4. Fluxos de Caixa	18
5. Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros	18
6. Partes Relacionadas	18
7. Ativos intangíveis	19
8. Ativos fixos tangíveis	20
9. Estado e outros entes públicos	22
10. Fornecimentos e Serviços Externos	23
11. Gastos com Pessoal	23
12. Diferimentos	24
13. Resultados transltados e outras reservas	24
14. Inventários	25
15. Créditos a receber	25
16. Rédito	26
17. Fornecedores	27
18. Acontecimentos após a data do Balanço	27
19. Impostos sobre o rendimento	28
20. Instrumentos Financeiros	28
21. Outros ativos correntes	29
22. Outros passivos correntes	29
23. Outros rendimentos	29
24. Outros gastos	30
25. Análise de Risco	30

f
D
R
B

26. Divulgações exigidas por diplomas legais..... 32

27. Outras informações..... 32

Entidade: Centro Paroquial de Seia

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

EUROS

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-20	31-dez-19
ATIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8.	625.904,85	676.887,19
Ativos intangíveis	7.	0,00	215,26
Investimentos financeiros	20.	9.467,95	3.474,69
		635.372,80	680.577,14
Activo Corrente			
Inventários	14.	7.172,63	10.724,51
Créditos a receber	15.	67.441,02	27.029,19
Estado e outros entes públicos	9.; 12.; 19.	1.095,58	3.571,59
Diferimentos	12.	0,00	7.505,26
Outros ativos correntes	21.	343.046,36	365.339,92
Caixa e depósitos bancários	4.	1.427.279,97	1.339.017,11
		1.846.035,56	1.753.187,58
Total do activo		2.481.408,36	2.433.764,72
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		639.025,33	639.025,33
Resultados transitados	13.	1.571.746,95	1.494.014,42
Resultado líquido do período		38.658,19	58.055,17
Total do fundo de capital		2.249.430,47	2.191.094,92
Passivo			
Passivo não corrente			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	17.	23.558,11	42.261,05
Estado e outros entes públicos	9.; 12.	20.140,65	31.975,83
Diferimentos	12.	13.051,06	0,00
Outros passivos correntes	22.	175.228,07	168.432,92
		231.977,89	242.669,80
Total do passivo		231.977,89	242.669,80
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.481.408,36	2.433.764,72

Handwritten marks and signatures on the right side of the page.

Seia, 26 de Abril de 2021

DIREÇÃO,

Josefa dos Santos

*Tamara Alexandra Santos Dr.
Fernando Adriano Furtado*

CONTABILISTA CERTIFICADO,

(Mário Coelho, Dr.)

Entidade: Centro Paroquial de Seia

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

João
de Melo
EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	16.	546.075,12	634.020,39
Subsídios, doações e legados à exploração		735.088,67	661.565,45
Variação nos inventários da produção		514,45	9.229,24
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	14.	-118.954,83	-140.099,87
Fornecimentos e serviços externos	10.	-157.794,91	-159.106,09
Gastos com o pessoal	11.	-932.843,69	-904.398,71
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15.; 25.	-15.161,45	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	20.	1.795,51	0,00
Outros rendimentos	23.	29.057,17	15.207,93
Outros gastos	24.	-1.774,46	-5.619,63
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		86.001,58	110.798,71
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7.; 8.	-60.940,92	-55.619,21
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos		25.060,66	55.179,50
Juros e rendimentos similares obtidos		13.597,53	4.859,36
Resultado antes de impostos		38.658,19	60.038,86
Imposto sobre o rendimento do período	12.	0,00	-1.983,69
Resultado líquido do período		38.658,19	58.055,17

Seia, 26 de Abril de 2021.

DIREÇÃO,

João Cristiano
Paulo Filomeno Paulo Teixeira

Fernando Adriano Neto
Paulo Alexandre Santos Du.

CONTABILISTA CERTIFICADO,

(Marco Coelho, Dr.)

Entidade: Centro Paroquial de Seia
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

EUROS

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
<i>Fluxos de caixa das actividades operacionais</i>			
Recebimentos de clientes e utentes		490.614,09	622.745,93
Pagamentos a fornecedores		-291.900,88	-321.113,66
Pagamentos ao pessoal		-922.253,42	-597.767,66
Caixa gerada pela operações		-723.540,21	-296.135,39
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-1.983,69	-41.155,71
Outros recebimentos/pagamentos		796.722,23	789.223,22
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		71.198,33	451.932,12
<i>Fluxos de caixa das actividades de investimento</i>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-8.746,24	-53.613,98
Ativos intangíveis		-998,76	0,00
		-9.745,00	-53.613,98
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos		18.758,75	0,00
Juros e rendimentos similares		8.050,78	4.859,36
		26.809,53	4.859,36
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		17.064,53	-48.754,62
<i>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</i>			
Recebimentos provenientes de:			
		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Outras operações de financiamento		0,00	-1.932,00
		0,00	-1.932,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	-1.932,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		88.262,86	401.245,50
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.	1.339.017,11	937.771,61
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.	1.427.279,97	1.339.017,11

Seia, 25 de Abril de 2021

DIREÇÃO,

Josefa Casaleiro
 Paula Filomena Melo Pereira
 Fernando Adriano Fato
 Paulo Alexandre Santos Du

CONTABILISTA CERTIFICADO,

(Mário Coelho, Sr.)

Entidade: Centro Paroquial de Seia

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2019

EUR0S

DESCRICÃO	NOTAS	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE-MÃE						Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de reavaliação	Ajustamentos ou variações nos fundos patrimoniais		Resultado líquido do período
1	13.	630.025,33			1.489.820,14			4.194,28	2.131.039,75
Alterações no período									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									0,00
Alterações de políticas contabilísticas									0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									0,00
Realização do excedente de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e intangíveis									0,00
Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									0,00
Ajustamentos por impostos diferidos									0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais									0,00
		0,00	0,00	0,00	4.194,28	0,00	0,00	-4.194,28	0,00
Resultado líquido do período	2								
Resultado integral	3								
	4 = 2 + 3								
Operações com instituidores no período									
Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados									0,00
Distribuições									0,00
Outras operações									0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 2019	5								
	6 = 1 + 2 + 3 + 5	630.025,33	0,00	0,00	1.494.014,42	0,00	0,00	58.055,17	2.191.094,92

Seia, 16 de Abril de 2021

DIRECÇÃO,

CONTABILISTA CERTIFICADO,

João Filomeno
Filomeno Pub. Trivense
Paulo Alexandre Santos
Fernando Adriano

Handwritten signatures and initials

Entidade: Centro Paroquial de Seia

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2020

EURROS

NOTAS	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE-MÃE							Total dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos ou variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
1.1	639.025,33	0,00	0,00	1.494.014,42	0,00	0,00	38.055,17	2.191.004,92
6								
Alterações no período								
Primeira actuação de novo referencial contabilístico								0,00
Alterações de políticas contabilísticas								0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								0,00
Reavaliação do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis								0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								0,00
Ajustamentos contabilísticos								0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais								0,00
7	0,00	0,00	0,00	77.732,53	0,00	0,00	-58.055,17	19.677,36
Resultado líquido do período								
8								
Resultado integral								
9 = 7 + 8								
Operações com Instituidores no período								
Fundos								0,00
Sucessões, doações e legados								0,00
Distribuições								0,00
Outras operações								0,00
10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 2020								
11 = 6 + 7 + 8 + 10	639.025,33	0,00	0,00	1.571.746,95	0,00	0,00	38.658,19	2.249.430,47

Seia, 26 de Abril de 2021

DIREÇÃO,

João Paulo da Silva
João Filomeno Pinho Teixeira

COMARCA ENTREGADA
(Ruben Coelho, Sr.)

Fidel Alexandre Santos Diniz
Fernando Adriano Leão

(Handwritten signature)

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 2020

1. Identificação da Entidade

O Centro Paroquial de Seia foi constituído em 1953 tem a sua sede na Quinta da Carvalha, nº34, em Seia.

O Centro Paroquial de Seia é uma pessoa jurídica canónica de natureza pública, constituída por decreto da autoridade eclesiástica, a que o Estado Português reconhece personalidade jurídica civil, regendo-se pelo Direito Canónico e pelo Direito Português, aplicados pelas respetivas autoridades, tendo a mesma capacidade civil a que o Direito Português atribui às pessoas coletivas de direito privado sem fim lucrativo. Em 25/02/1983, conforme o Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei nº119/83, de 25/02, passou a ser considerada uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS).

A Instituição desenvolve atividade, a título principal, nos seguintes domínios:

- Apoio à 1ª Infância, através de Creche, Infantário e Jardim de Infância, incluindo jovens em perigo;
- Apoio à 2ª Infância, através de Atividades e Tempos Livres (CATL);
- Apoio à 3ª Idade, através de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI).

Paralelamente, a Instituição desenvolve atividade, a título secundário, na área seguinte:

- Alojamento de curta duração.

As notas explicativas a seguir apresentadas respeitam às demonstrações financeiras individuais.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Instituição opera, logo a moeda Funcional.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção em 26 de abril de 2021.

É opinião da Direção, que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Instituição, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Referencial Contabilístico

Em 2020, as demonstrações financeiras do **Centro Paroquial de Seia** foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), especificamente, da Norma Contabilística de Relato Financeiro para entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei nº15/2009, de 13 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei nº98/2015, de 2 de Julho e publicado no Aviso nº8259/2015, de 29 de Julho.

2.2. Pressuposto da Continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3. Regime do acréscimo

A Instituição regista os seus gastos e réditos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os mesmos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes pagos e recebidos e os correspondentes gastos e réditos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

2.4. Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os "Impostos diferidos" e as "Provisões" são classificados como ativos e passivos não correntes.

f
D
Ru.
López
J



2.5. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes, em que uma possibilidade de uma saída de fundos que incorporem contributos para o desenvolvimento de atividades presentes e futuras da entidade seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo como tal divulgadas no anexo. Sendo a possibilidade de concretização de saída de fundos remota, tal facto não é objeto de divulgação no anexo às demonstrações financeiras.

Os Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgados no anexo às demonstrações financeiras quando for provável e não certa, a ocorrência de um influxo de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

2.6. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, os mesmos são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.8. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.9. Juízos de valor

O justo valor dos instrumentos financeiros comercializados nos mercados ativos é determinado com base nos preços do mercado de cotação à data de balanço.

O valor nominal dos ativos a receber de clientes e terceiros em geral é ajustado pelas respetivas perdas por imparidade, bem como o valor nominal dos passivos de fornecedores e terceiros em geral é assumido como estando próximo do seu justo valor.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as descritas seguidamente. As mesmas, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1 Moeda Funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras do **Centro Paroquial de Seia** são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, relacionados com empréstimos, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento". Sendo relacionados com outros saldos ou transações são reconhecidos em "Outros gastos ou perdas operacionais".

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

7
D
P
S
M
J

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas com reparação e manutenção correntes destes ativos são considerados como gastos no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

3.3. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente terrenos e edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são reconhecidas como ativo fixo tangível sendo mensurado ao custo aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas e estando sujeitas a depreciações anuais, seguindo o mesmo procedimento contabilístico referido no ponto 3.2..

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a entidade, sendo controláveis pela mesma e possam ser mensurados com fiabilidade.

3.6. Ativos Financeiros

A Direção determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o capítulo 17 – *Instrumentos Financeiros da NCRF-ESNL*.

Os ativos financeiros podem ser reconhecidos como:

- ✓ *Ao custo menos qualquer perda por imparidade; ou*
- ✓ *Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados;*

A entidade classifica e mensura ao custo, os ativos financeiros:

- ✓ *Que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;*
- ✓ *Cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado,*
- ✓ *Que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.*

São registados ao custo os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A entidade classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo, conforme descrito acima. São registados ao justo valor, os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados.

3.7. Imposto sobre o rendimento

Em matéria de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), relativamente às atividades prosseguidas no âmbito dos fins estatutários, a entidade encontra-se isenta de IRC, nos termos do nº1 do artº 10 do CIRC.

Paralelamente, no que releva à atividade prosseguida a título secundário, a entidade é tributada à taxa geral de IRC de 21%. Ao valor de coleta de IRC assim apurada, acresce ainda a Derrama Municipal, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos às taxas previstas no artigo 88º do Código de IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente e quaisquer outros ajustamentos fiscais. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, de acordo com o prazo de caducidade previsto no artigo 45º da LGT, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

3.8. Inventários

Os inventários de existências objeto de aquisição, encontram-se valorizadas ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. Relativamente aos inventários que não tenham subjacente uma transação comercial e onde se inclui os produtos agrícolas colhidos provenientes dos ativos biológicos da entidade, a entidade mensura esses inventários pelo custo histórico ou corrente, dos dois o mais baixo,

A entidade utiliza o regime de inventário intermitente, porquanto se encontra dispensada de adoção de sistema de inventário permanente, atendendo a que a entidade prossegue predominantemente atividades de prestação de serviços não apresentando, no período de um exercício económico, um custo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas que exceda 300.000,00€ nem 20% dos respetivos custos operacionais, de acordo com o nº5 do artº 12º do SNC.

3.9. Clientes e utentes e créditos a receber

As contas de "Clientes e utentes" e "Créditos a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade,

[Handwritten signature]



reconhecidas nas rubricas "Perdas de imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.10. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses.

Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "Passivo corrente".

3.11. Fundos

O fundo patrimonial é constituído pelos fundos atribuídos pelos fundadores da entidade ou terceiros, pelos fundos acumulados e outros excedentes.

3.12. Provisões

A entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.13. Fornecedores e outros passivos correntes

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

3.14. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido na política contabilística do ponto 3.2. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.15. O rédito e o regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A entidade reconhece o rédito quando a sua quantia for fiavelmente mensurada, seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade e associados com a transação fluam para entidade e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda ou prestação de serviços estejam substancialmente resolvidas. A entidade baseia as suas



estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente ou utente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante do uso por terceiros de ativos da entidade que produzam juros e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Juros e rendimentos similares obtidos" quando exista o direito de entidade de os receber.

4. Fluxos de Caixa

4.1. Findo o período de 2020 a rubrica de caixa e depósitos bancários, apresentavam os seguintes saldos:

Descrição	€	
	2020	2019
Caixa	0,00	2.950,00
Depósitos à ordem	40.793,21	189.809,45
Depósitos a prazo	1.386.486,76	1.146.257,66
Total	1.427.279,97	1.339.017,11

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não existiram alterações nas estimativas contabilísticas e erros no período.

6. Partes Relacionadas

6.1. Relacionamentos com a entidade

Com reporte ao final do exercício de 2020, não existem transações ou acontecimentos relacionados com entidades onde existam relações especiais.

Handwritten signature and initials:
 f
 P
 M
 S

7. Ativos intangíveis

7.1. Divulgação para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

- a) As vidas úteis de todos os ativos intangíveis são finitas.
- b) O método de amortização usado para estes ativos, é o método da linha reta.
- c) As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos de vida útil</u>
Programas de Computador	1 - 3

- d) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada:

Descrição		Projetos de Desenvolvimento	Programas de computador	Totais
Em 01.01.2019	Quantias brutas escrituradas	1.847,05	4.580,84	6.407,89
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	1.231,24	4.033,20	5.264,44
	Quantias líquidas escrituradas	615,81	527,64	1.143,45
Adições				0,00
Revalorizações				0,00
Transferências				0,00
Reclassificações para ativos não correntes dados para venda				0,00
Alienações, sinistros e abates				0,00
Outras alterações				0,00
Depreciações		615,81	312,38	928,19
Perdas por imparidade				0,00
Em 31.12.2019	Quantias brutas escrituradas	1.847,05	4.580,84	6.407,89
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	1.847,05	4.345,58	6.192,63
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	215,26	215,26
Adições			998,76	998,76
Revalorizações				0,00
Transferências				0,00
Reclassificações para ativos não correntes dados para venda				0,00
Alienações, sinistros e abates				0,00
Outras alterações				0,00
Depreciações			1.214,02	1.214,02
Perdas por imparidade				0,00
Em 31.12.2020	Quantias brutas escrituradas	1.847,05	5.559,80	7.406,85
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	1.847,05	5.559,80	7.406,85
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	0,00

f
+
Pr
h
3

No exercício de 2020 verificou-se o investimento de 998,76€ em Programas de Computador, perfazendo a quantia total de 5.559,60€, os quais estão totalmente amortizados, à semelhança dos projetos de desenvolvimento.

8. Ativos fixos tangíveis

8.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

- a) A base de mensuração usada para determinar a quantia escriturada bruta foi o modelo do custo.
- b) O método de depreciação usado na depreciação dos bens, é o método da linha reta.
- c) As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Taxas de depreciação
- Edifícios e outras construções	2,00% ; 5,00% ; 16,66%
- Equipamento básico	2,00% ; 10,00% ; 16,66% ; 20,00% ; 25,00% ; 100,00%
- Equipamento de transporte	20,00% ; 100,00%
- Equipamento administrativo	16,66% ; 20,00% ; 100,00%

- d) Quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

	Descrição	Terras e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total	
Em 01.01.2019	Quantias brutas escrituradas	24.939,89	1.328.057,41	329.179,99	165.163,73	62.351,74	1.719.692,76	
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	590.345,57	277.898,11	126.980,65	53.311,37	1.048.535,70	
	Quantias líquidas escrituradas	24.939,89	737.711,84	51.281,88	38.173,08	9.040,37	671.647,06	
	Adições		21.939,41	11.622,96	3.696,72	814,54	37.993,63	
	Revalorizações						0,00	
	Transferências						0,00	
	Reclassificações para activos não correntes detidos para venda						0,00	
	Alienações, sinistros e abates						0,00	
	Outras alterações						0,00	
	Depreciações		30.803,57	12.245,37	8.464,73	2.177,23	53.691,00	
	Perdas por imparidade						0,00	
	Em 31.12.2019	Quantias brutas escrituradas	24.939,89	1.359.996,82	340.802,95	168.860,45	62.666,30	1.757.256,41
		Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	621.349,24	290.643,48	135.445,38	55.488,62	1.102.726,72
Quantias líquidas escrituradas		24.939,89	738.647,58	50.159,47	33.395,07	7.177,68	654.489,69	
	Adições		22.397,50	8.257,57		489,00	31.144,07	
	Revalorizações						0,00	
	Transferências						0,00	
	Reclassificações para activos não correntes detidos para venda						0,00	
	Alienações, sinistros e abates						0,00	
	Outras alterações						0,00	
	Depreciações		30.981,73	17.115,09	8.241,49	2.599,89	58.726,91	
	Perdas por imparidade						0,00	
	Em 31.12.2020	Quantias brutas escrituradas	24.939,89	1.382.364,32	349.060,52	168.860,45	63.155,30	1.788.360,48
		Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	642.130,99	307.779,47	144.686,86	57.858,31	1.152.455,63
Quantias líquidas escrituradas		24.939,89	740.233,33	41.281,05	24.153,59	5.296,99	635.904,85	

f
R
deput
de

O montante de 22.397,50€ de investimento em Edifícios e outras construções, decorre da conclusão de obras, previamente reconhecidas em exercícios transatos em "Ativos fixos tangíveis em curso". No que releva aos investimentos efetuados em equipamento básico e administrativo, nos montantes de 8.464,73€ e 489,00€ respeita, essencialmente, a investimento de reposição.

8.2. Depreciação acumulada no final do período

Depreciação de activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Totais
Acumuladas em 01.01.2019	590.345,57	277.398,11	126.980,65	53.311,37	1.048.035,70
Reforços	30.803,67	13.245,37	8.464,73	2.177,25	54.691,02
Reversões					0,00
Revalorizações					0,00
Transferências					0,00
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda					0,00
Alienações					0,00
Sinistros					0,00
Abates					0,00
Outras alterações					0,00
Acumuladas em 31.12.2019	621.149,24	290.643,48	135.445,38	55.488,62	1.102.726,72
Reforços	30.911,97	17.135,96	9.241,48	2.435,31	59.725,72
Reversões					0,00
Revalorizações					0,00
Transferências					0,00
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda					0,00
Alienações					0,00
Sinistros					0,00
Abates					0,00
Outras alterações	67,78	0,03		-65,63	2,19
Acumuladas em 31.12.2020	652.130,99	307.779,47	144.686,86	57.834,31	1.162.431,63

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-12-2020	31-12-2019
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.095,58	3.571,59
Outros impostos e taxas	0,00	0,00
	<u>1.095,58</u>	<u>3.571,59</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	0,00	1.983,69
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.303,74	6.380,85
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	3.243,00	4.027,50
Segurança Social	15.593,91	19.368,36
Outros impostos e taxas	0,00	215,43
	<u>20.140,65</u>	<u>31.975,83</u>

10. Fornecimentos e Serviços Externos

A composição dos gastos de fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados		
- Trabalhos especializados	7.591,63	4.566,59
- Honorários	24.726,50	27.900,00
- Conservação e Reparação	7.802,41	7.511,65
- Outros serviços especializados	2.068,12	2.902,49
Serviços especializados Total	42.188,66	42.880,73
Materiais		
- Ferram. e Utensílios de desg. rápido	27.608,78	2.726,48
- Material de escritório	1.293,49	1.153,35
- Trabalhos especializados	0,00	0,00
- Outros materiais	454,35	0,00
Materiais Total	29.356,62	3.879,83
Energia e fluidos		
- Eletricidade	25.312,67	25.981,35
- Combustíveis	35.535,47	47.863,13
Energia e fluidos Total	60.848,14	73.844,48
Deslocações, estadas e transportes	173,75	42,24
Serviços Diversos		
- Rendas e alugueres	2.453,64	1.371,98
- Comunicação	6.497,02	6.398,47
- Seguros	6.215,16	4.447,39
- Contencioso e Notariado	445,98	795,64
- Despesas de representação	150,00	105,35
- Limpeza, Higiene e Conforto	7.419,06	21.555,72
- Outros serviços	2.046,88	3.784,26
Serviços Diversos Total	25.227,74	38.458,81
	<u>157.794,91</u>	<u>159.106,09</u>

11. Gastos com Pessoal

A repartição dos gastos com pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, foi a seguinte:



	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Remuneração dos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	751.649,90	720.336,94
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre Remunerações	158.083,27	158.806,68
Seguros	15.724,94	8.460,60
Gastos de acção social	0,00	0,00
Outros gastos com pessoal	7.385,58	16.794,49
	<u>932.843,69</u>	<u>904.398,71</u>

12. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 os saldos da rubrica "Diferimentos", do ativo e passivo foram como se indica:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Diferimentos (Ativo)		
Outros gastos a reconhecer	<u>0,00</u>	<u>7.505,26</u>
	<u>0,00</u>	<u>7.505,26</u>
Diferimentos (Passivo)		
Subsídios à exploração	13.051,06	0,00
Outros rendimentos a reconhecer	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	<u>13.051,06</u>	<u>0,00</u>

13. Resultados transitados e outras reservas

No quadro infra, é apresentada a evolução da posição das rubricas de "resultados transitados" e "outras reservas", nomeadamente:

	<u>Resultados Transitados</u>	<u>Outras reservas</u>
Saldo a 1 de Janeiro	1.494.014,42	0,00
Aumento no período	77.732,53	0,00
Saldo a 31 de Dezembro	<u>1.571.746,95</u>	<u>0,00</u>

O valor reconhecido na rubrica "Resultados transitados", corresponde à aplicação dos resultados do exercício transato, tendo também sido reconhecidos outros acontecimentos respeitantes a períodos anteriores diretamente nesta rubrica, nos valores de 58.055,17€ e 19.677,36€, respetivamente.

14. Inventários

19.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários de existências e a fórmula de custeio são as seguintes:

19.1.1. Os inventários de existências são reconhecidos pelo custo de aquisição e valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, quando tenha subjacente uma transação comercial e custo corrente, quando proveniente da produção agrícola dos ativos biológicos da entidade ou de oferta de terceiros. O preço de custo inclui todos os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para a colocação dos inventários no local e estado atual.

19.1.2. As saídas de armazém são valorizadas, pelo método de custeio FIFO (*First In, First Out*).

19.2. A quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas é a seguinte:

Quantias escrituradas	31-12-2020			31-12-2019		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas
Mercadorias						
- Mercadorias	1.283,91		1.283,91	413,77		413,77
- Matérias-Primas	5.888,72		5.888,72	8.579,54		8.579,54
- Matérias Subsidiárias	0,00		0,00	1.731,20		1.731,20
Totais	7.172,63	0,00	7.172,63	10.724,51	0,00	10.724,51

19.1. No período de 2020, a quantia de inventários reconhecida como gasto totalizou 118.954,83€.

15. Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica de "Créditos a receber" tinha a seguinte composição:



	31-12-2020		31-12-2019	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Créditos a receber				
Clientes gerais	0,00	1.625,08	0,00	351,00
Utentes	0,00	65.815,94	0,00	26.678,19
	0,00	67.441,02	0,00	27.029,19
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	67.441,02	0,00	27.029,19

	31-12-2020		31-12-2019	
	Créditos gerais	Grupo/ Relacionados	Créditos gerais	Grupo/ Relacionados
Créditos a receber				
Clientes gerais	1.625,08	0,00	351,00	0,00
Utentes	65.815,94	0,00	26.678,19	0,00
	67.441,02	0,00	27.029,19	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
	67.441,02	0,00	27.029,19	0,00

16. Rédito

21.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da entidade, sendo reconhecido líquido do imposto sobre o Valor Acrescentado (*IVA*), abatimentos e descontos.

A entidade reconhece rédito quando seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade e associados com a transação fluam para entidade e os critérios específicos se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda ou prestação de serviços estejam substancialmente resolvidas.

A entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da venda dos bens e da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante de ativo objeto de uso por terceiros que produzam juros e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Juros e rendimentos similares obtidos" quando exista o direito de os receber.

21.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

A quantia reconhecida por categoria, durante o período foi a seguinte:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2020			2019		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens	19.074,78	3,29%	303,70%	4.798,53	0,73%	-39,35%
Prestação de serviço	526.700,34	93,46%		529.221,86	99,20%	19,35%
Outros rendimentos e ganhos	25.057,17	4,94%	91,07%	15.207,93	2,33%	-75,01%
Juros e rendimentos similares	13.597,53	2,31%	173,82%	4.859,39	0,74%	-35,78%
Totais	588.729,82	100,00%	-9,99%	554.887,68	100,00%	5,33%

17. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a rubrica "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

Fornecedores	31-12-2020		31-12-2019	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores conta corrente merc. nacional	0,00	23.558,11	0,00	42.261,05
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores recepção e conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores outros mercados	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	23.558,11	0,00	42.261,05
	0,00	23.558,11	0,00	42.261,05

Fornecedores	31-12-2020		31-12-2019	
	Fornecedores gerais	Grupo/Relacionados	Fornecedores gerais	Grupo/Relacionados
Fornecedores conta corrente merc. nacional	23.558,11	0,00	42.261,05	0,00
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores recepção e conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores outros mercados	0,00	0,00	0,00	0,00
	23.558,11	0,00	42.261,05	0,00

18. Acontecimentos após a data do Balanço

24.1. Autorização para emissão

- a) As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Direção, no dia 27 de Abril de 2021.

- 
- b) Não foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço.

19. Impostos sobre o rendimento

19.1. Gasto por impostos correntes

Não foram reconhecidos gastos por impostos correntes no exercício, atendendo a que se registou um prejuízo fiscal no exercício de 2020, decorrente da prossecução da atividade secundária, de alojamento de curta duração, a qual se enquadra como rendimento empresarial e, como tal, é objeto de tributação em sede de IRC.

20. Instrumentos Financeiros

20.1. Bases de mensuração utilizadas, para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras:

Esta rubrica inclui:

- a) os investimentos em instrumentos financeiros de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado.

No final do exercício de 2020, a entidade possuía 500,00€ em títulos de capital do Crédito de Caixa Agrícola Mútuo e 8.967,95€ em unidades de participação no fundo de compensação do trabalho.

- b) Investimentos em instrumentos financeiros cotados num mercado ativo e regulamentado.

No final do exercício de 2020, a entidade possuía o montante de 182.243,94€ e 143.076,50€ em fundos de investimento e obrigações de tesouro, de acordo com cotação na referida data, respetivamente.

21. Outros ativos correntes

Em 31 de Dezembro dos exercícios em análise, a rubrica de "Outros ativos correntes" apresentava a seguinte composição:

	31-12-2020		31-12-2019	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outros instrumentos financeiros	0,00	325.320,44	0,00	321.972,97
Adiantamentos a Fornecedores	0,00	0,08	0,00	0,00
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros devedores	0,00	17.725,84	0,00	43.366,95
	0,00	343.046,36	0,00	365.339,92
Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	343.046,36	0,00	365.339,92

22. Outros passivos correntes

Findo o exercício de 2020, o saldo apresentado na rubrica "Outros passivos correntes" era o seguinte:

	31-12-2020		31-12-2019	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Adiantamentos de clientes	0,00	112,25	0,00	0,00
Ao Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por acréscimos de Gastos	0,00	134.287,18	0,00	119.818,68
Outros credores	0,00	40.828,64	0,00	48.614,24
	0,00	175.228,07	0,00	168.432,92

23. Outros rendimentos

A rubrica "Outros rendimentos" findo no exercício de 2020, era composto como se segue:



	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Rendimentos Suplementares	1.088,62	3.871,61
Descontos de pronto pagamento obtidos	940,18	1.235,98
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	1.514,09	54,74
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	5,10	0,00
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	13.824,64	0,00
Outros rendimentos	<u>11.684,54</u>	<u>10.044,60</u>
	<u>29.057,17</u>	<u>15.207,93</u>

24. Outros gastos

A composição da rubrica "Outros gastos" no final dos períodos em análise era a seguinte:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Impostos	41,92	635,58
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Ganhos e perdas nos ativos	0,00	0,00
Gastos e perdas em inv. não financeiros	0,00	0,00
Outros gastos	<u>1.732,54</u>	<u>4.984,05</u>
	<u>1.774,46</u>	<u>5.619,63</u>

25. Análise de Risco

A entidade seguiu, ao nível da gestão de risco, a política seguinte:

a) Risco de crédito

i) Créditos sobre Clientes e Utentes

O risco de crédito, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes e Utentes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes e Utentes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a entidade:

- ✓ Tem implementado procedimentos de gestão de crédito;
- ✓ Possui equipa dedicada à gestão do crédito e das cobranças;
- ✓ Estabelece e acompanha os limites e prazos de crédito dos seus Clientes e Utentes, monitorizando a exposição efetiva;

- ✓ Recorre aos meios legais disponíveis para recuperação de crédito quando aplicável;
- ii) Outros ativos financeiros

Para além de Créditos sobre Clientes e Utentes resultantes das atividades operacionais, a entidade detém ativos financeiros decorrentes do seu relacionamento com Instituições Financeiras, tais como depósitos bancários, investimentos financeiros e derivados financeiros (*com valor de mercado positivo*). Consequentemente, existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das Instituições Financeiras que são contraparte nestes relacionamentos.

Como regra, os ativos financeiros decorrentes deste relacionamento com Instituições Financeiras envolvem contrapartes com rating mínimo de *Investment Grade*. Por outro lado, de um modo geral, a exposição relacionada com este tipo de ativos financeiros é amplamente diversificada e de duração limitada no tempo.

b) Riscos de Mercado

- i) Risco de Taxa de Juro

Em resultado da inexistência de dívida a terceiros sujeita a taxa de juro, a entidade não se encontra exposta ao risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro.

- ii) Risco de Taxa de Câmbio

A entidade não se encontra, igualmente, exposta ao risco da taxa de câmbio.

- iii) Risco de Catástrofes Naturais, perturbação da ordem pública e pandémico

A Direção contratualizou seguros para cobertura de riscos sobre o edificado e o recheio da entidade.

Paralelamente, no que releva à mitigação dos prejuízos causados pelo risco pandémico ocorrido no exercício de 2020, causado pelo vírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, foi dado cumprimento ao plano de contingência adotado na entidade, a par das orientações e apoio logístico prestado pelas autoridades públicas competentes, nomeadamente, da Segurança Social e SNS, com destaque para o processo de vacinação ocorrido generalizadamente aos utentes da resposta social de ERPI e colaboradores da instituição. Merece, igualmente, relevância a análise da possibilidade de recurso a pedidos de apoio com vista à manutenção dos postos de trabalho em resposta sociais que foram suspensas por determinação governamental, mormente, nas respostas sociais de apoio à 1ª e 2ª Infância.



c) Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez no *Centro Paroquial de Seia*, tem por objetivo garantir que a entidade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez na entidade compreende os seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash flows quer ao nível das operações, quer ao nível consolidado, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- Diversificação de fontes de financiamento;

26. Divulgações exigidas por diplomas legais

26.1. À data 31 de dezembro de 2020, não existiam dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos, perante a Autoridade Tributária e Aduaneira e a Segurança Social;

27. Outras informações

27.1 No processo de preparação do relato financeiro pela Direção, foram adotadas as recomendações emanadas pela *Comissão de Normalização Contabilística (CNC)*, nomeadamente:

- *Recomendação 1 e 2 (Revistas e aprovadas em 19 de fevereiro de 2021): Tratamento dos impactos do COVID-19 no Relato Financeiro das empresas e entidades em SNC;*

- *Recomendação 3-A (atualizada em 5 de março de 2021): Tratamento dos apoios governamentais no âmbito da pandemia de COVID-19.*

27.2 No seguimento da *Recomendação 3-A da CNC*, divulga-se que não houve lugar ao pedido de apoio estatais ao longo do exercício de 2020, designadamente, do apoio à manutenção de postos de trabalho, do programa Apoiar ou qualquer outro apoio análogo.

Seia, 26 de abril de 2021

A Direção,

João Carlos Vieira
Paulo Filomeno Melo Teixeira

Paulo Alexandre Gant. Dr.
Miguel José Pereira
Fernando Adriano Feto

